PRESTAÇÃO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO DE LEVANTAMENTO, FÍSICO-CA-DASTRAL, TOPOGRÁFICO, DE LOTES RURAIS, EM GLEBAS DE JURISDIÇÃO DO ESTADO LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE MOJU-PA, QUE ABRANGERÁ A COLETA DE INFORMAÇÕES DE COORDENADAS, CADASTROS SOCIOECONÔMICOS, GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS, ELABORAÇÃO DE PEÇAS TÉCNICAS, ARMAZENAMENTO EM BANCO DE DADOS, BEM COMO ATUALIZAÇÃO E DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA DO ACERVO FUNDIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ, A empresa ALMEIDA E MATOS SERVIÇOS DE GEODESIA E CONSTRUÇÕES LTDA foi classificada e o objeto adjudicado por apresentar uma melhor e mais vantajosa proposta que ficou da seguinte maneira: o valor global do contrato será de R\$1.025.000,00 (um milhão e vinte e cinco mil reais), sendo o valor unitário do lote R\$2.920,23 (dois mil, novecentos e vinte reais e vinte e três centavos), para executar o objeto de aproximadamente 351 (trezentos e cinquenta e um) lotes de 0 a 100 hectares. PUBLIQUE-SE.
BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS -Presidente
Belém, 15 de maio de 2023.

Protocolo: 938651

DIÁRIA

PORTARIA Nº 427/2023 DE 16/05/2023

Prazo de Aplicação: 30 (trinta) dias
Prazo de prestação de contas: 15 (quinze) dias, após o término de aplicação.
Servidor: FRANCISCO ALBUQUERQUE DO NASCIMENTO (Oficial Administrativo)
Natureza da Despesa/Valor
-33.90.30/ R\$ 1.500,00
-33.90.36/ R\$ 1.500,00
-33.90.39/ R\$ 1.500,00
TOTAL= R\$ 4.500,00
Município: Belém/PA
-ORDENADOR: Bruno Yoheiji Kono Ramos- Presidência

Protocolo: 938591

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA
ATOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DA PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO EXPEDIDAS PELO ILMO. SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ-ITERPA, NOS AUTOS DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NÃO ONEROSA (DOAÇÃO) DE TERRAS, EM QUE FIGURA COMO INTERESSADO:

PROCESSO	NOME	DENOMINAÇÃO	ÁREA	MUNICÍPIO	PORTARIA
2010/137915	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DO ALTO PACAJÁ-ATAAP	COLETIVO DEUS É FIEL	33.158,2661 ha	PORTEL	428/2023

Belém (PA), 16/05/2023
Bruno Yoheiji Kono Ramos- Presidente

Protocolo: 939008

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO
DO PARÁ RURAL

FÉRIAS

PORTARIA Nº 020/2023-NGPR/RH
BELÉM, 16 DE MAIO DE 2023.

O GERENTE EXECUTIVO DO NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL - NGPR, no exercício de suas atribuições legais, estabelecida na Lei Estadual nº 6.797, de 16 de novembro de 2005 e Decreto/CCG de 08/01/2019, publicado no DOE nº. 33.776, de 09/01/2019, de acordo com o processo Nº 2023/559182.

RESOLVE: SUSPENDER o gozo de férias do servidor RUI GUIMARÃES DA SILVA JUNIOR, ocupante do cargo de GERENTE OPERACIONAL, matrícula 5945760/1, por necessidade de trabalho. Concedida através da portaria Nº 012 publicada no dia 11/04/2023, faltando gozar 16 (dezesseis dias).
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

FELIPE COELHO PICAÇO
Gerente Executivo-NGPR
MAT- 5945755/1

Protocolo: 938507

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº1486/2023 DE 10 MAIO DE 2023 – ADEPARÁ.

Dispõe sobre a instauração de Processo de Sindicância, designa a comissão e dá outras providências.
O Diretor-Geral da AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos art. 199, 204 e 205 da lei Estadual 5.810/94.

CONSIDERANDO a instauração do Processo de Sindicância através da Portaria nº 464/2023-ADEPARA, de 16 de março de 2023, publicada no DOE nº 20/03/2023 referente aos atos e fatos constantes do processo nº 2023/2042699.

CONSIDERANDO o ofício nº 36/2023 – UCS-ADEPARA, 08/05/2023 o qual requer a prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias, nos termos do art.208 da Lei nº 5.810/94;

RESOLVE:

I – PRORROGAR o prazo da conclusão do Processo de Sindicância nº2023/2042699, instaurado através da Portaria nº 464/2023 – ADEPARÁ publicada no DOE nº 35.331 de 20/03/2023, por mais 30 (trinta) dias, de conformidade com o art.208 da Lei nº 5.810/94; a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido.

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO - Diretor Geral

Protocolo: 938839

PORTARIA Nº1692/2023-ADEPARÁ DE 16 DE MAIO DE 2023.

O Diretor Geral da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 2º da Lei nº 6.482, de 17 de setembro de 2002, Art. 7º, inciso XXI do Decreto n.º 0393, de 11 de setembro de 2003. "proceder o controle de qualidade, de classificação, de inspeção, de padronização e do armazenamento de produtos e subprodutos de origem vegetal";

CONSIDERANDO a Lei nº 7.392, de 7 de abril de 2010 que dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no âmbito do estado do Pará, com a competência das ações de educação, vigilância, inspeção, classificação, identificação e fiscalização dos produtos de origem vegetal, regulamentada pelo Decreto nº 106, de 20 de junho de 2011, e as normas para a realização de controles oficiais destinados a verificar o cumprimento da legislação de defesa sanitária vegetal e a qualidade dos produtos e insumos agrícolas.

CONSIDERANDO a Lei federal Nº 9.972 de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e das outras providências.

CONSIDERANDO A Instrução Normativa Nº 52 de 07/11/2011, do MAPA, que estabelece o regulamento técnico da farinha de mandioca, referente a padrão oficial de classificação, os requisitos de identidade e qualidade, amostragem, o modo de preparação, rotulagem, referentes a classificação do produto.

CONSIDERANDO a necessidade de serem estabelecidas normas para o controle higiênico sanitário, comercialização, procedência e destino, da Farinha de Mandioca, produzida a partir da "Maniote esculenta", seja a granel ou embalagem destinada ao consumo como alimento pela população paraense.

CONSIDERANDO A CNS/MS nº 04, de 24/11/1988, que estabelece os limites para adição de corantes em produtos alimentícios e RDC Nº 340, de 13/12/2002, da ANVISA que estabelece limites e condições do uso de corantes.

RESOLVE:

Art.1º estabelecer Normas de controle de qualidade higiênico sanitário, comercialização e do trânsito, com especificações de procedência e destino, acondicionamento e Rotulagem do produto "Farinha de Mandioca", produzida a partir da raiz da mandioca (Manihot esculenta), para fins de comercialização no Estado do Pará.

Art.2º Todo Produtor ou Transportador de "Farinha de Mandioca", só poderá ingressar e/ou transitar, no Estado do Pará, com o certificado de classificação, para fins de envasilhamento ou comercialização, dentro do Estado do Pará.

Art.3º - A inobservância ou desobediência ao disposto nesta portaria, infringe a Lei nº 7.392 e seu regulamento, e configura infração de natureza sanitária, sujeitando o infrator às penalidades previstas em lei.

Art.4º - As empresas e produtores têm o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para se adequarem a esta portaria.

JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO -Diretor geral

ANEXO I

NORMA DE CONTROLE DE QUALIDADE, ENVASILHAMENTO, COMERCIALIZAÇÃO, TRÂNSITO E ESPECIFICAÇÕES DE PROCEDENCIA E DESTINO DO PRODUTO FARINHA DE MANDIOCA.

1. OBJETIVO:

1.1 O presente documento tem por objetivo estabelecer as características de procedência e destino do produto "FARINHA DE MANDIOCA" destinado a comercialização como alimento no Estado do Pará, que para confirmação deve ingressar e transitar no estado com certificado de classificação de farinha ou com o registro da agência de defesa agropecuária de seu estado de origem.

2. DESCRIÇÃO:

2.1. FARINHA de mandioca: é um produto obtido da raiz de mandioca (Manihot esculenta Crantz,1766) e suas variedades através de processo tecnológico adequado, com uso predominantemente na alimentação humana.
2.2. Padrão da farinha: regulamento que estabelece todos os requisitos de identidade e qualidade para a farinha de mandioca.

Art.5º Para efeito deste Regulamento Técnico, considera-se:

I - Farinha de mandioca: o produto obtido de raízes de mandioca, do gênero Manihot, submetidas a processo tecnológico adequado de fabricação e beneficiamento;

II - Acidez: a característica química que confere característica sensorial que se manifesta em valores menores ou maiores, conforme o processo de fabricação, para atender determinados padrões e hábitos de consumo, típicos de cada região consumidora;

III - Coloração: a cor predominante do produto, decorrente da variedade da mandioca utilizada ou da tecnologia de fabricação (torração) ou do uso de corantes naturais, quando autorizados para a farinha de mandioca, conforme legislação específica;

IV - Glicosídeo cianogênio: substância nociva e relacionada ao risco à saúde humana presente em todas as partes da planta da mandioca, cuja hidrólise libera ácido hidrocianico (HCN dissolvido em água) em proporção